

Sábado, 09 de Maio de 2026

Câmara deve votar proposta que permite aumento no número de deputados federais

DISTRIBUIÇÃO DE CADEIRAS

g1

A Câmara dos Deputados deve votar na próxima segunda-feira (5) um requerimento para acelerar a análise de um projeto que **amplia o número de deputados federais**.

O texto é uma resposta da Casa à determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Congresso atualize a distribuição de cadeiras com base nos dados do último Censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022.

A decisão do Supremo, no entanto, determina que seja mantida a quantidade de vagas na Câmara (513).

Na prática, significa que o Congresso teria de ampliar bancadas em estados que tiveram aumento de população e, na mesma medida, **reduzir as cadeiras** dos que perderam população.

Setores da Câmara discordam do entendimento aplicado pelo Supremo e temem perda de capital político com o possível enxugamento de algumas bancadas. Segundo projeções, **sete estados sofreriam reduções**.



O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) | Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Em fevereiro, poucos dias depois de ser eleito, o presidente da Casa, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), externou publicamente a insatisfação. Na ocasião, ele defendeu que a "solução" seria **criar 14 novas** cadeiras. "Para que nenhum estado perca", declarou.

A Casa tentará construir a "solução" por meio de um projeto que revisa a quantidade de cadeiras com base em critérios populacionais, mas que garante que nenhum estado perderá vagas.

A proposta **deverá ter a urgência votada nesta segunda**. Se for aprovada, o texto poderá ser votado diretamente em plenário — líderes sinalizaram acordo, no último dia 30, para que isso ocorra ainda na próxima semana.

Os deputados correm contra o tempo para aprovar o projeto. A decisão do Supremo determinou que o Congresso teria de aprovar a atualização das cadeiras até 30 de junho deste ano.

Se isso não ocorrer, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderá redistribuir as vagas por meio de uma resolução.

Na última quarta (30), depois de reunião com lideranças da Casa, Hugo Motta escolheu o líder da bancada negra, Damião Feliciano (União-PB), como relator do projeto.

Damião é deputado pela Paraíba, um dos estados que, segundo estimativas, poderá ter redução de vagas com o cumprimento integral da decisão da Corte.

Veto à redução

O projeto, que será relatado por Damião Feliciano e que poderá sofrer mudanças, estabelece que as bancadas serão atualizadas com base na população. Mas determina que **nenhum estado poderá sofrer perda de cadeiras**.

E faz uma alteração significativa na lei que define qual o **número máximo** de deputados federais.

O texto afirma que a composição da Câmara "não será inferior a 513 representantes" — o oposto da norma atual que é taxativa ao dizer que a Casa não poderá "ultrapassar" 513 representantes.

Na prática, significa que o número de deputados apenas crescerá a cada revisão por critério populacional.

Damião Feliciano afirmou que conversou com Hugo Motta sobre o projeto. Segundo ele, o presidente pediu que o relatório "atenda ao país da melhor forma possível".

O relator também confirmou que a tendência de seu parecer é "manter a representatividade dos estados" na Câmara. "É muito complicado diminuir", disse.

"Essa redistribuição de vagas é de extrema importância para o brasileiro. Ela mexe com muita coisa. Um deputado federal não representa só politicamente aquele estado, mas impacta na assembleia legislativa, como também representa do ponto de vista financeiro", declarou o relator.

Nova regra

O texto original da proposta é da deputada Dani Cunha (União-RJ). Ela integra a bancada do Rio de Janeiro, que, de acordo com projeções, poderia perder quatro cadeiras.

Além de tentar inflar a Câmara dos Deputados, Dani Cunha também tenta, em seu projeto, invalidar os dados do Censo de 2022 como critério para atualização das bancadas, ignorando determinação do Supremo.

Para justificar a proposta, a deputada diz que o levantamento "trouxe várias inconsistências que prejudicaram alguns estados e muitos municípios".

Questionado sobre a possibilidade de invalidar o último Censo como critério de redistribuição das cadeiras, Feliciano disse que isso ainda será discutido.

"É um problema. Vamos nos debruçar sobre isso, porque o Censo deu muita polêmica. Algumas prefeituras que perderam população também perderam economicamente. Há muita crítica dos deputados sobre a confiabilidade do levantamento."

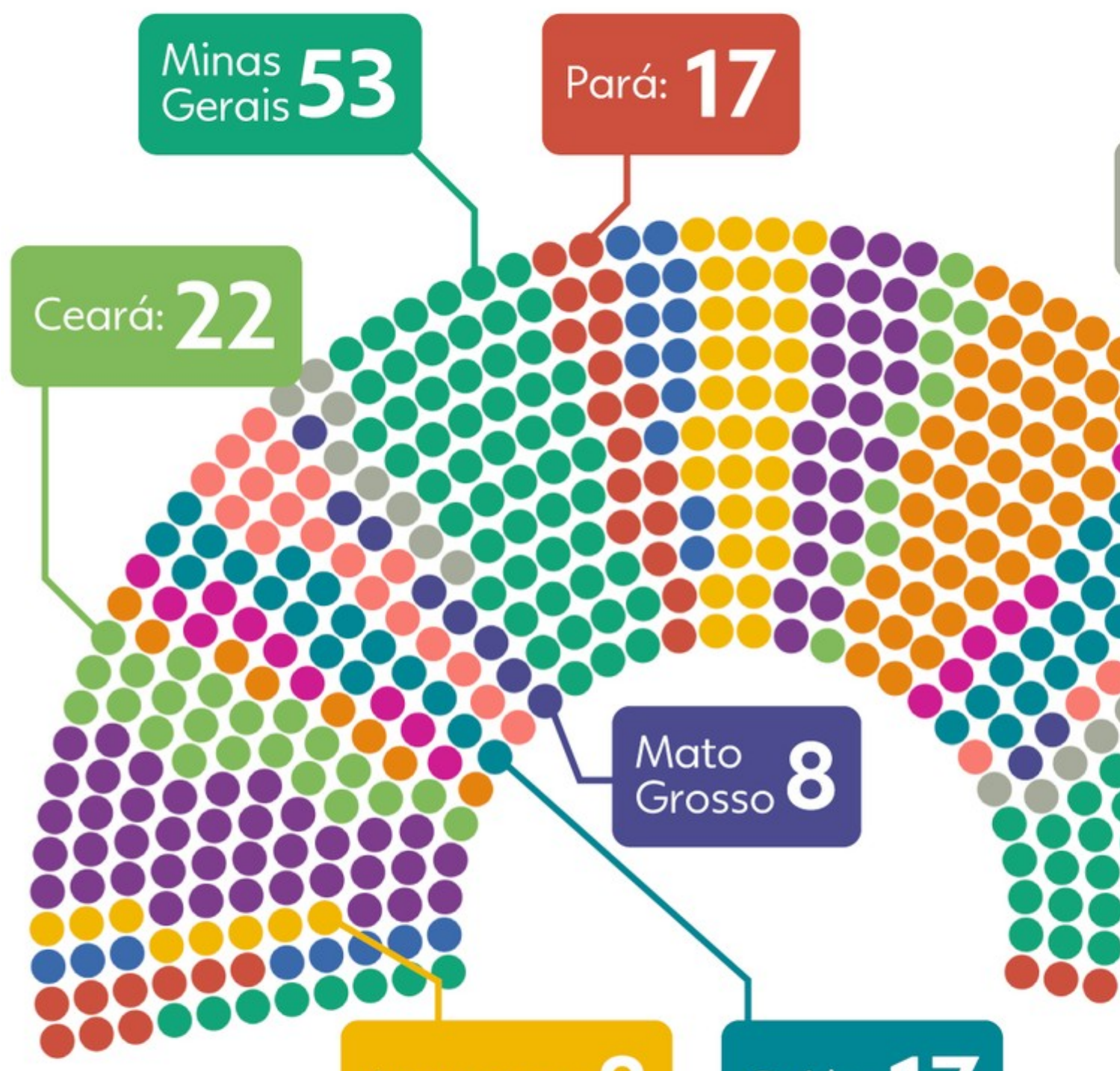
Mais deputados e 'efeito cascata'

Mais deputados na Câmara

Solução defendida por Hugo Motta

14 vagas e elevar total de cadeiras p

Tamanho atual das bancadas



Projeção aponta estados que cresceriam com revisão do tamanho das bancadas pelo Censo de 2022 | Foto: Arte/g1

A "solução" defendida por Hugo Motta aumentaria para 527 o número de deputados federais.

Sete estados seriam beneficiados com mais deputados:

* **Santa Catarina e Pará** ampliariam as bancadas em 4 cadeiras cada

* **Amazonas** ganharia mais 2 deputados

* **Ceará, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso** engrossariam as bancadas com mais um deputado cada

Outras sete bancadas, que pela decisão do Supremo perderiam vagas, continuariam com suas cadeiras. São eles: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Piauí, Paraíba, Bahia, Pernambuco e Alagoas.

Motta tem afirmado que as mudanças não teriam impacto orçamentário. Parlamentares entendem que a sinalização de Hugo Motta poderia significar uma redistribuição do atual orçamento da Câmara, o que poderia levar, na prática, cada deputado a ter menos recursos.

Mas **a avaliação de técnicos da Casa é bastante diferente.** Para eles, seria "muito difícil" ampliar o número de cadeiras sem levar a um de despesas. Eles mencionam os salários, que não poderiam ser reduzidos, e uma série de outras despesas e benefícios concedidos a deputados, como o auxílio-moradia.

Também há uma avaliação de que o aumento da composição da Câmara poderia levar a um efeito cascata nos estados.

Isso porque, pela Constituição, o tamanho das assembleias estaduais está relacionado com o tamanho das bancadas estaduais.